



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | Fluxo contínuo

Caixa Escolar e Merenda: o caso do Grupo Escolar Santo Antônio de Itapagipe/MG (1952-1985)

School Fund and Lunch: the case of Santo Antônio School Group of Itapagipe/MG (1952-1985)

Fondo Escolar y Refrigerio: el caso del Grupo Escolar Santo Antônio de Itapagipe/MG (1952-1985)

Débora Ferreira Borges Barbosa
Ademilson Batista Paes

RESUMO

Este artigo tem como objetivo fulgurar o papel da caixa escolar como pilar na aquisição de subsídios para a manutenção da oferta alimentar na escola pública no período em que a merenda escolar ainda não havia sido instaurada e posteriormente como a entidade se manteve atuante nesse cenário. Apresenta-se uma abordagem na qual o Grupo Escolar Santo Antônio, em Itapagipe, MG, é espaço para a materialização da proposta. Para tanto, utilizaremos documentos e registros sobre a associação local e ainda entrevistas com antigas merendeiras que trabalharam no Grupo Escolar. Explicita-se, além da importância social da caixa escolar, a inestimável participação comunitária na corporificação da distribuição de víveres aos estudantes.

Palavras-chave: Alimentação; Escola; Instrução pública.

ABSTRACT

This article aims to highlight the role of the school fund as a pillar in the acquisition of subsidies to maintain the food supply in public schools in the period when school lunches had not yet been established and later, as the entity remained active in this scenario. An approach is presented

in which the Santo Antônio school group is a space for the materialization of the proposal. To do so, we will use documents and records about the local association, as well as interviews with former lunch ladies who worked in the school group. In addition to the social importance of the school fund, the invaluable community participation in the embodiment of food distribution to students is explained.

Keywords: Food; School; Public instruction.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo resaltar el papel del fondo escolar como pilar en la adquisición de subsidios para mantener el abastecimiento de alimentos en las escuelas públicas en el período en que aún no se había establecido la merienda escolar y posteriormente, como la entidad se mantuvo activa en este escenario. Se presenta un enfoque en el que el Grupo Escolar Santo Antônio, em Itapagipe, MG, es un espacio para la materialización de la propuesta. Para ello, utilizaremos documentos y registros de la asociación local, así como entrevistas a ex cocineras que trabajaban en el Grupo Escolar. Además de la importancia social del fondo escolar, se explica la invaluable participación de la comunidad en el proceso de distribución de alimentos a los estudiantes.

Palabras-clave: Alimentación; Escuela; Instrucción pública.

Introdução

A alimentação como ato fundamental e mantenedor da vida está intrinsecamente ligada a plurais fronteiras, estando essas correlacionadas a questões culturais, econômicas, sociais e políticas na sociedade. Ultrapassando os muros institucionais da educação, ela é representada pela merenda escolar, compreendida atualmente no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instaurado no Brasil oficialmente em 31 de março de 1955 (BRASIL, 1955). Dentro do quadro das diretrizes da supracitada política são traçados objetivos que se conectam às dimensões estruturais da sociedade, nos quais a preconização de uma alimentação saudável com acesso universal, educação nutricional, participação social e desenvolvimento sustentável são pilares para a oferta de alimentos nos espaços educacionais públicos de modo igualitário e com respeito a múltiplas culturas, tradições e hábitos alimentares das populações.

No entanto, historicamente, no trajeto para a chegada da merenda até a escola houve um longo caminho, deslizando-se entre questões econômicas e sociais importantes e que, até hoje, figuram-se como necessárias de debates e reflexões quando pensado o alunado diverso que adentra as instituições públicas de ensino brasileiras. A entrada e distribuição de víveres nesse ambiente afirmou um avanço do trajeto iniciado na década de 1930, em que grupos de civis

encabeçaram movimentos de elevação da importância da alimentação para o povo, direcionando-a como dever do Estado. Esse encaminhamento buscava que respostas fossem dadas às carências vivenciadas por segmentos da nação, principalmente aqueles pertencentes aos grupos sociais mais baixos.

No período de instauração oficial do programa, os pequenos municípios e, principalmente, aqueles que se encontravam distanciados dos grandes centros urbanos, por meio de experiências isoladas já ofertavam pelo menos uma refeição aos alunos que frequentavam as escolas, sendo essa disponibilização alimentar amparada em alguns casos pelas próprias instituições com a ajuda da comunidade local e apoio das administrações públicas municipais.

Nesse contexto, buscam-se a análise e a apresentação da Caixa Escolar como pilar para subsídios de manutenção do alimento disposto ao alunado em instituições de ensino públicas. Para elucidar o leitor a esse cenário, este artigo utiliza a corporificação dessa abordagem por meio de uma análise individualizada, valendo-se de uma investigação qualitativa apoiada nos métodos do paradigma indiciário de Ginzburg (1989) e na utilização da História Oral de Portelli (2016), tendo a memória e suas reminiscências coletivas como campo de pesquisa (HALBWACHS, 2006). O recorte temporal 1952-1985 justifica-se pelo fato de ser o período em que se compreendeu a inauguração da instituição de ensino como campo de observação, oficialização da campanha de merenda escolar no Brasil, e, ainda, em consequência do suporte documental sobre a Caixa Escolar local encontrar-se em meio a esse espaço cronológico.

O texto divide-se, inicialmente, na explicação sobre os métodos utilizados, e, no segundo momento, traça-se a apresentação do quadro alimentar brasileiro no que tange à oferta de víveres nas instituições de ensino e algumas considerações importantes sobre a criação das Caixas Escolares; posteriormente, adentra-se o cenário de Itapagipe, MG, cidade interiorana no pontal do triângulo mineiro, onde se localiza o Grupo Escolar Santo Antônio¹, no qual são abordados aspectos de funcionamento da Caixa Escolar, ancorando-se na pesquisa documental e nas narrativas de antigas merendeiras que naquele espaço trabalharam, desvelando assim especificidades locais envoltas na referida instituição.

¹ A atualmente Escola Estadual Santo Antônio foi fundada no dia 6 de março de 1952, recebendo o nome de "Escolas Reunidas Santo Antônio." Em 1955, a escola passou a ser denominada Grupo "Escolar Santo Antônio" e, na década de 1970, a instituição é transformada em escola da rede estadual de ensino conforme Decreto Estadual nº 4.819, de 3 de dezembro de 1955 (MINAS GERAIS, 1955). Neste estudo, utilizaremos a nomenclatura dada à instituição a partir do ano de 1955, justificando-se pelo fato da historiografia entrelaçada à temática das caixas escolares estar ligada junto ao nosso recorte temporal e a discussões pertinentes sobre os Grupos Escolares em Minas Gerais.

Métodos: o uso da História Oral e suas reminiscências

Nesta pesquisa, a história oral e suas interfaces com a memória foram utilizadas para a compreensão sobre fatos estabelecidos na historiografia e nos arquivos sobre as Caixas Escolares para entendimento de como se deram as tramas sobre a agremiação no quadro educacional de Itapagipe, MG. Acrescentam-se a presente pesquisa bibliográfica e a documentação acessada nos inventários escolares, o uso das fontes orais como rica contribuição para este estudo. Conforme Ginzburg (2007) ressalta, ambas as estratégias metodológicas não são sucedâneas uma da outra; sendo assim, o uso da oralidade é também um método corroborativo às demais fontes empregadas.

O acesso aos arquivos físicos do Grupo Escolar Santo Antônio foi fundamental na construção da narrativa, e, partindo desse, foi possível o contato com diversos registros relacionados à criação, ao funcionamento, aos sócios e rendimentos, às despesas e aos direcionamentos dos ganhos vindouros da Caixa Escolar de Itapagipe, MG, no período buscado por essa proposta e, ainda, depreendeu a descoberta dos nomes de antigas funcionárias da instituição de ensino, informações essas que se tornaram importantes para que a localização e o contato com essas pessoas fossem possíveis.

As ligações entre os documentos impressos e as narrativas orais auxiliam na produção de novas formas de compreensão e trazem à tona experiências e práticas sobre acontecimentos ou tempos vivenciados. Nesse cenário, a produção das memórias coletivas produzidas e as falas das merendeiras em determinados momentos cruzam-se, espelhando um quadro analisado individualmente, mas que se evidencia acordante a um contexto maior. A participação dessas mulheres mostrou-se imprescindível, visto que estavam presentes e viveram todos os momentos dentro do espaço educacional nesse processo de angariar alimentos que pudessem complementar o que em alguns casos se mostrasse insuficiente para o momento. Pollak (1989) trata dessa utilização de sujeitos vindouros das minorias ou classes trabalhadoras como sendo esses produtores do que ele chamou de “memórias subterrâneas”, não estando essas vinculadas aos escritos e registros oficiais, no caso as merendeiras e seu papel dentro da Caixa Escolar, pois, muitas vezes, não se encontram citados nos apontamentos públicos sobre merenda escolar.

Assim, o uso da oralidade permite olhares para novas fontes de pesquisa. Segundo Thompson (2009), o caráter interdisciplinar presente nesse método possibilita a ligação com outros campos do saber, o que resultaria numa infinidade de possibilidades, narrativas e histórias, talvez essas nunca contadas ou escritas.

Para Thomson (1997, p. 51), “os historiadores orais têm relutado em aceitar o testemunho oral como pura e autêntica ‘voz do passado’, preferindo explorar os processos de afloramento de lembranças e recompor as reminiscências por eles

registradas”. Essa recomposição memorialística é capaz de produzir a reconstrução de acontecimentos partidos de experiências dos narradores que os vivenciaram, assim como Bosi (1994, p. 54) afirma: “na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje”.

Como método de investigação, o uso da história oral, Portelli (2016) estabeleceu-se nesse estudo pelo procedimento da realização de entrevistas individuais com antigas trabalhadoras do Grupo Escolar Santo Antônio, que desempenharam a função de merendeiras a partir do início da década de 1960 e que hoje se encontram aposentadas de suas funções.

As entrevistas foram realizadas nas residências das ex-funcionárias (Quadro 1) em 2021. Após as gravações, todas foram fielmente transcritas pela autora de modo fidedigno, atentando-se para a exata reprodução da linguagem falada para a escrita.

Quadro 1: Entrevistadas que ocuparam a função de merendeiras no Grupo Escolar Santo Antônio, Itapagipe, MG

| Nome | Período de ocupação |
|-------------------------|---------------------|
| Jaci Ferreira do Amorim | 1964-1977 |
| Maria Rosa da Silva | 1964-1967 |
| Odonira Juca do Amorim | 1964-994 |

Fonte: Entrevistas concedidas à autora em 2021.

Esse procedimento metodológico inicialmente foi buscado para o trabalho desenvolvido no programa de mestrado em educação, no qual o objeto de estudos é a merenda escolar, no entanto, durante o processo de escuta das colaboradoras², a Caixa Escolar surgiu como menção muito constantemente, sendo que a importância e o funcionamento da entidade na instituição de ensino foram aclamados como imprescindíveis para o aporte na distribuição de alimentação naquele ambiente.

A merenda chegou: para quem e por quê?

A oferta alimentar nos espaços educacionais públicos de ensino do Brasil foi oficialmente instituída por meio do Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955, conforme a Campanha de Merenda Escolar durante o governo de João

² Alessandro Portelli, em sua obra *História oral como arte da escuta* (2016), faz uso dos termos colaboradores ou contadores de história, produzindo assim uma proximidade maior com as pessoas, conferindo uma maior dimensão e importância à escuta de suas narrativas.

Fernandes Campos Café Filho (BRASIL, 1955). Apesar disso, consta na historiografia sobre a temática que, anteriormente, algumas instituições de ensino já rascunhavam tentativas de oferecer algum tipo de alimento para os alunos no período em que se encontrassem presentes na escola. Um exemplo citado no *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais* (FÁVERO; MEDEIROS, 2002, p. 154) é o de Armanda Álvaro Alberto, uma educadora que teria criado, em 1921 a Escola Proletária de Meriti, localizada no meio rural nas proximidades do Rio de Janeiro, trazendo como novidade a oferta de alimentação aos estudantes no período de estadia na escola. Partindo de reflexões sobre a atuação de Armanda, há olhares voltados para esforços que se firmaram presentes por indivíduos comuns para prover comida aos alunos no período de permanência no estabelecimento de ensino. Mesmo assim, não seria possível dizer que esse é o primeiro e único exemplo como novidade nacional e que seria pretensioso ao se pensar na extensa dimensão geográfica brasileira, pois se estaria tratando sobre um registro oficial localizado à parte de inúmeras narrativas extraoficiais não documentadas.

O ambiente escolar foi se moldando, nesse sentido, como um possível distribuidor de víveres quando, então, nada ainda existia oficialmente perante as esferas governamentais em um recorte temporal longínquo ao que se pode chamar de início das discussões e criação de uma política de alimentação escolar. Assim, o espaço educacional tornou-se estratégico para a perpetuação de práticas alimentares, propiciando consumo de pelo menos uma refeição diária. Essa narrativa sobre a escola como lugar de viabilização alimentar esboça fatores importantes que a conduziram também para um local onde determinados tipos de assistência aos alunos eram praticados.

Partindo-se dessa premissa, com o programa de merenda seria iniciado um novo processo de disposição alimentícia na rede de ensino, tendo aspectos voltados a temas sociais, políticos e econômicos como seus norteadores, tornando o Estado responsável de modo oficial pela manutenção da alimentação no seio educacional.

Desde sua criação, nota-se certo direcionamento sobre qual seria a população receptora dessa refeição. De acordo com o estudo de Hoffmann (2012), seriam esses segmentos que comungavam de específicos determinantes sociais, como renda, moradia em regiões mais pobres, que, conseqüentemente, sofreriam de algum tipo de carência ou privação alimentar em casa.

Os programas sociais de alimentação constituíram, ao longo dos anos, a busca por amenizar processos inflamadores ligados a precariedades e à situação de insegurança alimentar para determinados estratos sociais. Dessa forma, a escola, como espaço coletivo, foi utilizada para o desenvolvimento de um desses projetos, a conhecida merenda escolar, sendo essa ofertada diariamente durante o intervalo das aulas. Um dos trabalhos pioneiros sobre a temática é de Coimbra *et al.* (1982), apresentando que a desnutrição seria um “pano de fundo para a criação de políticas

de alimentação no Brasil” (COIMBRA *et al.*, 1982, p. 41). Nesse aspecto, mencionado, é viável identificar quais seriam as pessoas que sofriram algum tipo de desnutrição e que se tornariam alvos desses programas. Desse modo, seria possível a localização e representação desses sujeitos nas instituições públicas de educação, que são locais receptores de diversificado público pertencentes às mais diversas camadas sociais, dentre elas as “minorias” que, na verdade, se tornam maioria no país, conforme a professora e filósofa Marilena Chauí destaca (2021).

A Caixa Escolar: desde quando e como funciona

Mesmo considerada a criação de um programa de alimentação escolar com o objetivo de alcance nacional apenas em 1955 no Brasil, é importante a menção de que, como a escola de Meriti no interior do Rio de Janeiro, outras tantas pelo Brasil utilizaram recursos próprios ou da comunidade para o fornecimento alimentar antes da criação da supracitada política. É importante destacar que, após a iniciação da oferta alimentar em âmbito nacional, é passível de compreensão que um fornecimento de gêneros alimentícios em quantidade suficiente para todos os municípios brasileiros enfrentaria dificuldades de logística e materialização instantaneamente, o que torna a participação das Caixas Escolares extensiva para além desse momento.

Nesse sentido, as Caixas Escolares desempenharam um papel primordial de auxílio para essa corporalização de levar alimento ao alunado. Segundo Carvalho e Bernardo (2012), elas foram implantadas pela educação pública em Minas Gerais em 1911, sendo uma criação da então reforma Leôncio de Carvalho, colocada em prática após assimilação pelo governo brasileiro do modelo francês, que tiveram seu início por volta de 1828 (CARVALHO; BERNARDO, 2012).

Em tese de doutorado intitulada *Frequência escolar e políticas de escolarização em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas (1892-1911)*, Bernardo (2020) resalta algumas novas informações quanto à questão da data de criação da agremiação, apresentando que as referidas associações foram regulamentadas dentro do regime interno da criação dos Grupos Escolares ocorrido em 1907 e que não seria uma novidade republicana, pois, ainda nos períodos colonial e imperial, “outras formas de financiamento da educação poderiam ser localizadas na literatura” (BERNARDO, 2020, p. 146).

É possível notar vestígios da futura criação das Caixas Escolares no Artigo 32, parágrafos 6º e 8º da Lei Estadual 41, de 3 de agosto de 1892, seção III, que trata dos Conselhos Escolares Municipais de Minas Gerais quanto ao que lhes incumbia:

§ 6º – **Formar uma caixa municipal**, por meio de subscrição promovida entre os municípios, para, com seu produto, **auxiliar os meninos pobres, fornecendo-lhes o que for preciso para poder frequentar as escolas.**

§ 8º – Fornecer papel, panos, livros e vestuário **aos meninos pobres**, aplicando para esse fim os fundos da caixa municipal ou que pelo Estado ou município forem fornecidos (MINAS GERAIS, 1892, grifos nossos).

Assim, o recorte temporal exato de criação ou introdutor da entidade no quadro educacional não interfere em nada na fundamentação, nos objetivos e na materialização que se mostram desde sempre desenhados para uma camada social mais pobre. Os trabalhos de Carvalho e Vieira (2021), Carvalho e Bernardo (2012), Bernardo (2020), como tantos outros, comungam-se ao apresentar aspectos filantrópicos e assistencialistas intrinsecamente relacionados à corporificação da Caixa Escolar no âmbito educacional.

No Decreto nº 3.191, de 9 de junho de 1911, já de criação da entidade, o artigo 354 desse tratava de fundamentar a finalidade das Caixas Escolares: “As Caixas Escolares são instituições creadas com o fim de fomentar e impulsionar a frequência nas escolas” (MINAS GERAIS, 1911). A redução do quadro de evasão escolar, ao analisar o projeto como um todo desde a criação dos Grupos Escolares, traçava firmes objetivos de levar e manter as crianças dentro dos muros institucionais da educação, e com a criação da entidade seriam oferecidos a esses estudantes alimentação, remédios, assistência médica e uniforme, ou seja, itens que oportunizariam a frequência, principalmente dos mais vulnerabilizados, na escola.

Outra questão pronunciada no mesmo decreto, no artigo 361, discorria sobre as despesas da Caixa Escolar, direcionando-se em especial para a alimentação, em que o “fornecimento de alimentos a alumnos indigentes” era citado no primeiro capítulo (MINAS GERAIS, 1911). Essa indicação a um público de destino em especial é bastante presente na historiografia sobre as entidades, como já apresentado. Sobre essa questão, Coimbra *et al.* (1982), aborda que:

As caixas escolares sempre foram, essencialmente, uma solução de compromisso para fazer frente a insuficiência dos recursos postos à disposição do sistema de ensino no Brasil. Naturalmente que estamos falando da rede voltada para os grupos populares e médios, pois as escolas da elite escassamente enfrentaram esses problemas, mesmo quando públicas e gratuitas (COIMBRA *et al.*, 1982, p. 296).

Portanto, pode-se, segundo as palavras de Carvalho e Vieira (2021, p. 6), afirmar que “a existência da Caixa Escolar denuncia outra existência: os alunos oriundos de camadas populares”, que precisavam ser conduzidos a salas de aula em um período de implantação de modos civilizatórios nos indivíduos à luz da modernidade (CARVALHO; VIEIRA, 2021).

Apesar de uma criação do Estado que não arcava com a manutenção das referidas caixas dentro das escolas, os ganhos levantados pela associação eram vindouros de contribuições dos sócios, festas e quermesses realizadas pela própria comunidade, donativos oriundos da coletividade em geral e também com gratificações que os professores perdessem ao longo do ano, sendo essa última, portanto, a única verba oriunda dos cofres públicos que se destinava às associações.

A organização administrativa delas era composta por membros da comunidade escolar e outras pessoas que se anuciassem interessadas em contribuir, e, na maioria das vezes, elas eram pertencentes às camadas sociais mais abastadas das cidades.

Mesmo que os gastos com os rendimentos das Caixas Escolares fossem destinados a tudo o que estivesse sendo necessário dentro do ambiente de ensino, havia poucas determinações sobre valores e destino, o que, segundo Coimbra *et al.* (1982), passou a ser regulamentado por volta dos anos de 1927; no entanto esse regimento era considerado apenas por questões contábeis, não havendo então normas preestabelecidas sobre os direcionamentos dos ganhos da agremiação, permanecendo a administração livre para guiar o uso desses valores dentro das heterogêneas necessidades das escolas.

O contar de uma micro-história: o Grupo Escolar Santo Antônio e a Caixa Escolar

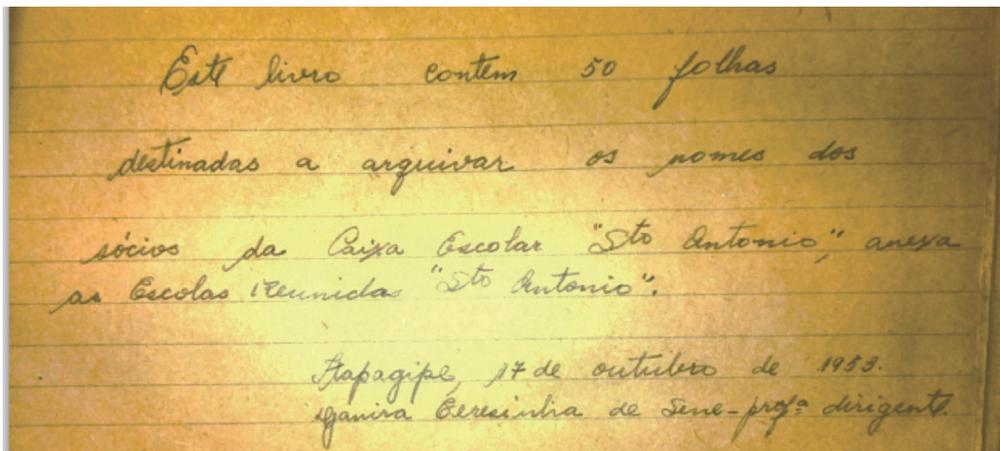
O Grupo Escolar Santo Antônio, situado em Itapagipe, MG, é um exemplo de como se deram as tramas sobre a gestão da Caixa Escolar, atentando-se para a alimentação direcionada aos estudantes como fruto das atividades desenvolvidas pela associação no local de ensino.

Os aspectos apresentados, em constante diálogo com os âmbitos estadual e nacional sobre as Caixas Escolares e o compromisso delas com a alimentação internamente nos estabelecimentos de ensino públicos, poderão, agora, com os fatos locais serem afirmados ou até mesmo passíveis de produção de novo olhar e entendimento sobre a historiografia da temática para além das linhas registradas em documentos oficiais. A premissa de análise utilizada para corroborar com a documentação acessada contará, neste momento, com as narrativas e memórias de antigas funcionárias da instituição educacional.

A afirmação sobre disponibilização de merenda desde o período de inauguração do Grupo Escolar Santo Antônio é muito comum nas histórias contadas tanto por quem trabalhou como também por quem estudou na escola nesse momento. Essa asserção traz à tona a importância da Caixa Escolar como uma fonte de contribuição para a obtenção e disponibilização alimentar na educação, aqui trabalhada em um recorte no município de Itapagipe, mas que é uma das muitas micro-histórias intrínsecas à narrativa nacional sobre merenda escolar no Brasil. Ginzburg (1989, p. 169) caracteriza esse tipo de abordagem como sendo de “novas tendências na investigação”, encontrando-se essas ainda “embrionárias”. Essa tendência a narrativas micro-históricas também é caracterizada por Revel (2010, p. 439) como estando em processo de ascensão no rompimento com hábitos dominantes dentro da historiografia.

Nos arquivos do Grupo Santo Antônio, o primeiro registro encontrado relacionado à Caixa Escolar trata-se de um livro com a lista de nomes dos então sócios colaboradores da instituição de ensino no ano de 1953 (Imagens 1 e 2).

Imagem 1: Primeira página do Livro de Registro de Sócios da Caixa Escolar do Grupo Escolar Santo Antônio – 1953. Itapagipe, MG



Fonte: Arquivo Escola Santo Antônio. Itapagipe, MG (2021), adaptado pelos autores.

Imagem 2: Página do Livro de Registro com nomes dos sócios da Caixa Escolar do Grupo Escolar Santo Antônio – 1953. Itapagipe, MG

A photograph of a handwritten list of names and addresses on lined paper. The title is "Sócios da Caixa Escolar 'Sto Antonio'" and the date is "Mês de setembro de 1953." The list includes names and addresses such as "João da Silva", "Abdenor Fabris Staluf", "Amador Charles", "Maria da Glória Nunes", "Maria Pedro da Siqueira", "João Ferreira de Almeida", "Cláudio Bandeira", "Luzia Bizar Staluf", "Ambrosino Agrelli", "Abdenor Fabris Staluf", "Florenço de Paula", "José Nunes Gonçalves", "João Gonçalves Nunes", "Gercira Vasconcelos de Siqueira", "Odergo Francisco de Campos de Aguiar", "José Jacó de Benício", "Francisco Lopes", "Erciliano Manuel Bueno", "Luis de Paula Ferreira", "Iná Leopoldina Ferreira", "Pedro Gonçalves da Silva", "Mário Maria de Assis", "Maria Pedro da Cunha", and "Manoel Cavalcante".

| Sócios da Caixa Escolar "Sto Antonio" | |
|---------------------------------------|-----|
| Mês de setembro de 1953. | |
| João da Silva | pg. |
| Abdenor Fabris Staluf | pg. |
| Amador Charles | pg. |
| Maria da Glória Nunes | pg. |
| Maria Pedro da Siqueira | |
| João Ferreira de Almeida | pg. |
| Cláudio Bandeira | pg. |
| Luzia Bizar Staluf | pg. |
| Ambrosino Agrelli | pg. |
| Abdenor Fabris Staluf | pg. |
| Florenço de Paula | ? |
| José Nunes Gonçalves | ? |
| João Gonçalves Nunes | ? |
| Gercira Vasconcelos de Siqueira | ? |
| Odergo Francisco de Campos de Aguiar | pg. |
| José Jacó de Benício | pg. |
| Francisco Lopes | pg. |
| Erciliano Manuel Bueno | pg. |
| Luis de Paula Ferreira | pg. |
| Iná Leopoldina Ferreira | pg. |
| Pedro Gonçalves da Silva | pg. |
| Mário Maria de Assis | pg. |
| Maria Pedro da Cunha | pg. |
| Manoel Cavalcante | pg. |

Fonte: Arquivo Escola Santo Antônio, Itapagipe, MG (2021), adaptado pelos autores.

Conforme citado em algumas páginas do documento, os membros contribuíam com uma quantia mensal em torno de dez cruzeiros, cujos nomes eram elencados em fileiras e, à frente, a afirmação de pagamento era dada pela sigla "PG", afirmando assim a contribuição financeira da comunidade externa.

A contabilidade da Caixa Escolar municipal também se mostra evidenciada nos registros, destacando a alimentação no topo dos desígnios das verbas arrecadadas (Imagem 3).

Imagem 3: Página referente às despesas subsidiadas pela Caixa Escolar do Grupo Escolar Santo Antônio. Itapagipe, MG

The image shows a handwritten ledger with two main columns: 'Despesa' (Expense) and 'Levantamento' (Collection). Under 'Despesa', there are two sub-sections: 'Alimentação' (highlighted with a black box) and 'Assistência' (underlined). The 'Alimentação' section includes 'Cantina', 'Merenda festiva', 'Total despendido pela cantina', and 'Reservatório e calçado'. The 'Assistência' section includes 'Médica', 'Farmacêutica', 'Hospitalar', 'Dentaria', and 'Clube de Saúde'. The 'Levantamento' column has three sub-columns for recording amounts, with values like '39.988,00' and '24.750,00' written in the first two columns.

| Despesa | Levantamento | | |
|-------------------------------|--------------|--|--|
| | | | |
| <u>Alimentação</u> | | | |
| Cantina | 39.988,00 | | |
| Merenda festiva | | | |
| Total despendido pela cantina | | | |
| Reservatório e calçado | 24.750,00 | | |
| <u>Assistência</u> | | | |
| Médica | | | |
| Farmacêutica | | | |
| Hospitalar | | | |
| Dentaria | | | |
| Clube de Saúde | | | |
| Total despendido | | | |

Fonte: Arquivo Escola Santo Antônio, Itapagipe, MG (2021), adaptado pelos autores.

Apesar de afirmações quanto aos víveres que eram dispostos às crianças, havia uma separação dos alunos em dois grupos, os que eram e os que não eram da Caixa Escolar, e que, em alguns momentos, quando a merenda talvez fosse insuficiente, a prioridade de oferecimento era para os alunos da Caixa:

Era uma sopa, um leite, leite em pó né, a gente diluía e dava para as crianças de manhã, né. Teve uma época até que não dava para as outras crianças, dava só para as crianças da Caixa Escolar, que era muito pouco, muito restrito. Eu achava muito ruim dar só para uns (SILVA, 2021).

Como o objetivo inicial da associação era fornecer assistência a grupos de alunos mais pobres, esse cenário relatado por dona Maria Rosa ilustra claramente isso, a divisão dos alunos em grupos que receberiam primeiramente a merenda; eram aqueles pertencentes aos segmentos populacionais mais baixos de Itapagipe e que talvez sofressem de algum tipo de insegurança alimentar.

O papel social a determinados alunos é afirmado também em destaque na Imagem 4, pertencente ao trecho de uma reunião para constituição de membros da associação em 1983.

Imagem 4: Ata de eleição e posse diretoria da Caixa Escolar – 1983.
Grupo Escolar Santo Antônio. Itapagipe, MG

12

Ata da eleição e posse da
Diretoria da Caixa Escolar "San-
to Antônio em 1983

Nos quinze dias do mês de
maio de 1983 realizou-se na Escola Estu-
dual "Santo Antônio" a reunião para elei-
ção da diretoria para o biênio oitenta
três e oitenta e quatro (83/84).

Em virtude da não apresenta-
ção de novos sócios e novas chapas re-
solvemos professores e sócios presentes pro-
clamar reeleita por unanimidade a atual
diretoria para o próximo biênio.

Os membros agradeceram e pros-
puseram continuar trabalhando em prol
da manutenção das crianças pobres
de nossa cidade.

Ficou definido que continuaremos
dando uniforme, material escolar, assis-
tência médica, dentária, alimentar
toda os alunos carentes de 1º a 4º
que são pequenos não trabalham ainda
E aos de 5º a 8º emprestaremos
os livros.

Haverá com a colaboração de todos
querermos, campanhas, jogos para que
possamos desempenhar perfeitamente essa
assistência.

Não havendo nada mais a tratar, eu
lavei a presente ata que após lida e
aprovada será por todos e por mim assinada.

Itapagipe, 15 de maio de 1983

Fonte: Arquivo Escola Santo Antônio, Itapagipe, MG (2021), adaptado pelos autores.

Assim se nota que, mesmo após a instauração oficial da merenda escolar no Brasil em 1955, a função da Caixa Escolar em amparar os alunos mais carentes seguia seus propósitos firmados em Itapagipe.

Esse papel filantrópico desempenhado pela entidade mostra-se evidente não apenas pelas documentações, e mesmo que as atas das reuniões localizadas datem apenas a partir do fim da década de 1970, é possível que essas sejam corroboradas pelas memórias das merendeiras que estavam na instituição desde

a década de 1960, as quais enfatizaram em suas falas a importância de cunho social que a entidade tinha naquela escola com a realização de eventos, quermesses, leilões e vendas de prendas que pudessem auxiliar no levantamento de subsídios para a Caixa Escolar.

“Fazia festa pra Caixa Escolar, tinha a Caixa Escolar pra comprar o macarrão para fazer a sopa. Aí comprava o macarrão, eu e a Maria do Zico fazíamos a sopa” (LEITE, 2021). A sopa foi um cardápio citado pelas merendeiras como costumeiro na escola, constituída de macarrão e o que mais tivesse disponível no dia para o seu preparo e oferta aos alunos, sendo considerada por elas uma comida que poderia conferir mais força aos estudantes: “*nóis* fazia mais era sopa, porque é uma alimentação mais forte, e os meninos eram muito pobres!” (AMORIM, 2021).

Mesmo com a existência desse tripé para socorro e suporte em todos os âmbitos no espaço de ensino, dentro do quadro alimentar é rememorado por nossas colaboradoras que os rendimentos do instituto, às vezes, não se mostravam suficientes para a demanda da crescente chegada de alunos e, desse modo, a prefeitura municipal também era, nesse momento, responsável por subsidiar alguns recursos para a instituição. No entanto, esses recursos afirmam-se não ser suficientes para a manutenção da alimentação das crianças, visto ser necessário pedido de ajuda aos alunos:

A gente fazia a merenda e às vezes tinha que pô pouca merenda, porque às vezes não dava para todo mundo se alimenta, mas era, a gente pedia para as crianças, aqueles que pudessem, trouxessem alguma coisa de casa, abóbora, quiabo, jiló, couve para gente colocar na sopa (AMORIM, 2021).

Os moradores locais naquele período contam sobre uma população em sua maioria considerada pobre, carente de acesso a uma alimentação em quantidade suficiente, assim como Dona Jaci Ferreira do Amorim menciona: “É muito interessante; teve uma época muito difícil, e a gente fazia merenda e eram muito pobres as crianças e tinha muita pobreza mesmo” (AMORIM, 2021). Esse aspecto da pobreza, mencionado por ela, foi bastante comum e referenciado também pelas outras merendeiras como direcionador desses sujeitos à instituição de ensino para recepção da alimentação: Essas crianças naquela época não tinham condição de levar lanche, né? Elas iam mesmo toma o leite; chegava, preparava o leite de manhã; ia para a sala, depois vinha tomava a sopa na hora do recreio” (SILVA, 2021). Dona Odonira também afirma: “Comia, comia, eles tinham necessidade daquele lanche ali que eles comiam bastante” (LEITE, 2021).

A questão do encaminhar os alunos pobres ao destino escolar por meio da alimentação é nada mais do que um reflexo nacional dos fundamentos iniciais premeditados para “instruir” a população. Essa conexão a um contexto nacional cristaliza o alcance que esses modos de disciplinarização da sociedade tinham e aos quais a população mais vulnerabilizada socialmente estava exposta naquele período.

Outro método para arrecadar contribuições para a Caixa Escolar fundamentado nas diretrizes de sua criação eram as festas. Em Itapagipe, conforme as recordações narradas, esses momentos rememoram-se como de muito trabalho praticado pelas merendeiras ao redor do fogão; elas assim produziam grandes quantidades de pratos e doces para venda e leilões, trabalhando por dias e dias, fora da rotina comum de serviço, e ainda se locomoviam dentro do município urbano e rural a fim de arrecadar doações que pudessem ser utilizadas em favor da caixa:

Fazia uma barraca sabe, era festa de barraca; aí eram leiloados os frangos, a gente saía nas fazendas pedindo as coisas, eu mesma saía muito com o Toninho para *nóis* pedir. A gente ganhava muito frango, sabe, galinha, assim muita coisa, assim para merenda dos meninos. E aí a gente fazia a barraca de lona, ali onde é o Bradesco que era a barraca, tinha os leilões, leiloava. Nós mesmo que preparava as prendas, sabe. Era batatinha frita, era frango cheio que nós *fazia* e arrematava, aí tinha a bebida, né, que a Jurani comprava para depois pagar com o que arrecadava né, e o que sobrava era da merenda (AMORIM, 2021).

Nós mesmos confeccionava as barracas de lona na praça, e cada um ia cuidar daquele. Por exemplo eu e minha amiga nós *reunia* para preparar as prendas. Ia ter o leilão, frango que nós ganhávamos dos próprios pais; os pais dos alunos doavam leitoa, frango, cacho de banana, laranja, essas coisas tudo, *nóis* punha no leilão, e adquiria o dinheiro né, nós *trabalhava* três, quatro dias tinha vez, festa junina, todas festas juninas, sete de setembro tinha desfile, tudo preparado pela escola (AMORIM, 2021).

Inegavelmente, o empenho delas em contribuir para a Caixa Escolar e assegurar alimentação para os alunos transparece pelas atitudes e trabalhos prestados à comunidade escolar para além da carga horária da função desempenhada. A associação apresenta-se muito importante dentro do quadro educacional de Itapagipe; no entanto, é evidente que sem a atuação dessas mulheres talvez a materialização de todo o projeto não fosse bem-sucedida.

Considerações finais

Além de uma tentativa de apresentação da importância da Caixa Escolar dentro do quadro educacional, valendo-se de discussão sobre um cenário particular, acrescenta-se a esse o papel simbólico e social desempenhado pela merenda escolar dentro das escolas. Longe de assegurar qualquer tipo de singularidade, o que se tentou aqui foi correlacionar o que aconteceu e foi vivido em Itapagipe, MG, a um cenário mais amplo e ainda produzir a percepção de que as vivências e os acontecimentos envoltos na associação aqui focada podem ter ocorrido em diversos outros espaços e não sido passíveis de algum tipo de registro oficial.

No entanto, alguns pontos devem ser discutidos, pois são necessários de análises mais profundas, como o papel direcionador das Caixas Escolares para os estratos sociais mais baixos, que pode ser comparado, segundo Carvalho e Bernardo (2012), a um mecanismo de poder utilizado pelo Estado com objetivos

claramente definidos e desenhados³, sendo essa uma questão confirmada por meio dos documentos localizados tanto na historiografia oficial como também nos registros dos arquivos do Grupo Escolar Santo Antônio e também reafirmados quando analisadas as narrativas e memórias das merendeiras.

Ante o exposto, comprova-se, além disso, um descaso das esferas governamentais com a população, intrinsicamente ao objetivo de “auxílio” aos cidadãos, já que, com a criação das Caixas Escolares sem nenhum tipo de verba específica direcionada em quantidade suficiente, seriam desenvolvidas grandes responsabilidades para os municípios que talvez não suportassem, naquele momento, um alto número de alunos chegando aos Grupos Escolares, produzindo um cenário de dificuldades para as cidades, em especial para as pequenas. Os indicativos contemplados apontam para episódios dispendiosos de muito trabalho em arcar e manter de modo contínuo o alimento nas escolas, sendo então necessária ajuda da comunidade e alunos que, em sua maioria, já eram oriundos de núcleos familiares mais pobres e que conviviam com quadros de dificuldades financeiras e alimentares em casa.

Assim, as Caixas Escolares funcionaram como entidades sérias que merecem ser valorizadas e reconhecidas como importantes no cenário da instrução pública. Contudo, ainda que grande destaque seja dado à sua potência não só em âmbito local, mas também em toda a sua narrativa ao longo dos anos como um aporte para auxílio e manutenção de itens básicos e necessários ao alunado, dentre eles a alimentação, pode-se afirmar que os episódios vivenciados e rememorados em Itapagipe inserem as merendeiras desse cenário como muito além de apenas responsáveis por produzir a comida, mas também como protagonistas do papel desempenhado pela associação, firmando o sucesso na concretização do objetivo de alimentar os alunos carentes.

Referências

BERNARDO, F. de O. *Frequência escolar e políticas de escolarização em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas*. 2020. 192f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação – Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <Repositório Institucional da UFMG: Frequência escolar e políticas de escolarização em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas (1892-1911)>. Acesso em: 5 abr. 2022.

³ Conforme as autoras discutem, a Caixa Escolar encontrar-se-ia como instrumento para condução e concretização das finalidades de molde dos novos sujeitos com início do período republicano. O direcionamento dos estratos sociais mais baixos para o interior dos Grupos Escolares era legitimado pelos itens que as Caixas Escolares passariam a proporcionar a esse alunado e, já inseridos, seriam, desse modo, mantidos no ambiente educacional. Assim, seria oportunizado o “poder” de educá-los conforme as urgências da sociedade. Para isso, por elas é conectado esse cenário aos dispositivos de poder foucaultianos.

BERNARDO, F. de O. *Promoção da Frequência escolar na Instrução Pública Mineira: Organização, Implementação e Representações da Caixa Escolar – (1911-1913)*. 2014. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação – Conhecimento e Inclusão Social. Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <Repositório Institucional da UFMG: Promoção da frequência escolar na instrução pública mineira: organização, implementação e representações da caixa escolar (1911-1913)>. Acesso em: 5 abr. 2022.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. Institui a companhia da Merenda Escolar. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 0, 2 abr. 1955 (publicação original). Disponível em: <Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)>. Acesso em: 16 jan. 2022.

CARVALHO, R. A.; BERNARDO, F. de O. Caixa escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. *Revista Educação em Foco*, Juiz de Fora: v. 16, n. 3, p. 141-158, set. 2011/fev. 2012.

CARVALHO, R. A.; VIEIRA, L.C. A Caixa Escolar e a bandeira republicana de educação para o povo. Sociedade Brasileira de História da Educação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2021, Poços de Caldas. *Anais [...]*. Poços de Caldas: Sociedade Brasileira de História de Educação, 2021. [n.p.]. Disponível em: <A CAIXA ESCOLAR E A BANDEIRA REPUBLICANA DE EDUCAÇÃO PARA O POVO (sbhe.org.br)>. Acesso em: 10 maio 2022.

CHAUÍ, M. *Breve história da democracia*. Publicado pelo canal TV Boitempo. 2021. 1:43:06.

COIMBRA, M.; MEIRA, J. F. de; STARLING, M. B. de. *Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil*. Belo Horizonte: Ministério da Saúde, 1982.

FÁVERO, M. de L. de A. B.; MEDEIROS, J. de. *Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: UFRJ & MEC/INEP/COMPED, 2002. 1.008 p.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Contexto, 2006.

HOFFMANN, R. Determinantes do consumo da merenda escolar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004 e 2006. *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 33-45, 2012. Disponível em: <Determinantes do consumo da merenda escolar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004 e 2006 | Segurança Alimentar e Nutricional (unicamp.br)>. Acesso em: 10 maio 2022.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.191, 9 de junho de 1911. *Aprova o regulamento geral da Instrução do Estado*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, 11 jun. 1911. Disponível em: <Decreto nº 3191, de 9 de junho de 1911 – 3191/11 :: Legislação :: Decreto 3191/1911 (Estadual – Minas Gerais) :: (lexml.gov.br)>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.819, de 3 de dezembro de 1955. *Transforma em grupo escolar as Escolas Reunidas “Santo Antônio”, da cidade de Itapagipe, com a mesma denominação*. Disponível em: <Decreto nº 4819, de 3 de dezembro de 1955 – 4819/55 :: Legislação :: Decreto 4819/1955 (Estadual – Minas Gerais) :: (lexml.gov.br)>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MINAS GERAIS. Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892. *Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas*. Belo Horizonte, MG: Secretaria do Interior, 3 ago. 1892. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=41&comp=&ano=1892&texto=original>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, A. *História oral como arte da escuta*. Tradução Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

REVEL, J. Micro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p. 442, set./dez. 2010.

THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade. Tradução de Andréa Zhouri e Lígia Maria Leite Pereira. *Revista de História Oral*, v. 5, 2009. Dossiê: identidade e região.

THOMSON, A. *Recompondo a memória: questões sobre relação entre história oral e memórias*. 15. ed. São Paulo, abr. 1997. Projeto História.

ZONIN, S. A.; SILVA, V. L. G. da; PETRY, M. G. Assistência à infância escolarizada: a Caixa Escolar em cena. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 18, n. 48, p. 1-27, 2018.

Fontes orais

AMORIM, J. F. do. *Trabalhou no Grupo Escolar Santo Antônio de Itapagipe, MG, como merendeira de outubro de 1964 a 1977*. Entrevista concedida à pesquisadora na residência da entrevistada. Itapagipe, MG, 11 set. 2021.

LEITE, O. J. do A. *Trabalhou no Grupo Escolar Santo Antônio de Itapagipe, MG, como merendeira de outubro de 1964 a 1994*. Entrevista concedida à pesquisadora na residência da entrevistada. Itapagipe, MG, 12 set. 2021.

SILVA, M. R. da. *Trabalhou no Grupo Escolar Santo Antônio de Itapagipe, MG, como merendeira de outubro de 1964 a 1967*. Entrevista concedida à pesquisadora na residência da entrevistada. Itapagipe, MG, 12 set. 2021.

Recebido em: 07/11/2022.

Aceito em: 25/01/2023.

Débora Ferreira Borges Barbosa

Mestranda em Educação (PPGEDU/UEMS, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (GEHEB). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

 deboraborges@outlook.com

 <http://lattes.cnpq.br/0499221473690547>

 <https://orcid.org/0000-0002-5485-4787>

Ademilson Batista Paes

Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – FCL). Docente e pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira – CNPq – 2005 e do GEPHEB e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Diversidade – CNPq – 2014 – GEPHIS.

 ademilson@uems.br

 <http://lattes.cnpq.br/3783619047788603>

 <http://orcid.org/0000-0002-4043-6242>